

# RECONSTITUINDO HISTÓRIAS: a Universidade Federal do Piauí e a Pós-Graduação em Educação

Samara Maria Viana da Silva<sup>1</sup>  
Maria do Amparo Borges Ferro<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo objetiva apresentar um breve relato da história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí, como forma de manter viva na memória individual e coletiva das pessoas a importância da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, em nível de Mestrado, conhecer as fases que marcam a trajetória da Pós-Graduação brasileira e compreender o processo de implantação da Pós-Graduação em Educação no Piauí, observando as contribuições dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e das Comissões *Pró-Mestrado* para a implantação do Mestrado em Educação no Piauí. Os autores que embasaram este trabalho foram: Saviani (2006), Passos (2003), Brito (1996), Carvalho (2001) e Leite (1982). As fontes utilizadas foram hemerográficas e documentais, como: Jornal O Dia, Catálogo de Dissertações e Teses da Universidade Federal do Piauí, Relatório de Consultoria da CAPES e Resoluções do Conselho Universitário da UFPI. O apoio teórico está embasado na Nova História Cultural que permite ao pesquisador trabalhar com grande variedade de fontes, possibilitando uma maior compreensão do objeto de estudo. Portanto, este estudo permitiu compreender que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí vem atendendo a população piauiense e de outros estados com curso de Especialização desde 1978, implantando em 1991 o curso de Mestrado em Educação, o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí.

---

**Recebido em: Novembro/2010 - Aceito em: Março/2011**

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. E-mail: samaraviana85@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. E-mail: amparoferro@uol.com.br

**Palavras-Chave:** História. Pós-Graduação da UFPI. Nova História Cultural.

## **RECONSTITUTED STORIES: the Federal University of Piauí and Graduate Education**

### **ABSTRACT**

This study aims to present a brief account of the history of the Post-Graduate *Stricto Sensu* in Education in Piauí, in order to keep alive in the individual and collective memory of the people the importance of the Post-Graduate *Stricto Sensu* in Education, in level of Master Degree, to know the stages that mark the trajectory of the Brazilian Post-Graduate, to understand the process of deployment of Post-Graduate in Education in Piauí, observing the contributions of the courses Post-Graduate *Lato Sensu* in Education and the Pro-Master Commissions to deployment of Master Degree of Education in Piauí. The authors that underpinned this work were: Saviani (2006), Steps (2003), Brito (1996), Carvalho (2001) and Leite (1982). The sources used were hemerograficas and documentations as: O Dia Journal, Catalogue of Dissertations and Theses from Federal University of Piauí, CAPES Consultancy Report and Resolutions of the University Council of UFPI. The theoretical support is based in the New Cultural History, which allows to researcher to work with a variety of sources, enabling a greater understanding of the object of study. Therefore, this study allows us to understand that the Post-Graduate Program in Education at the Federal University of Piauí has been serving the piauiense population and of the other states with Specialization Course from 1978 and since 1991 with course of the Master Degree of Education, the first Post-Graduate course *Stricto Sensu* of Piauí.

**Key-words:** History. UFPI Post-Graduate. New Cultural History.

### **Introdução**

A Pesquisa Histórica permite trazer à memória os processos educacionais de dada sociedade. No caso presente, o enfoque

é sobre a institucionalização do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, uma vez que este foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* a ser implantado no Piauí e por ter proporcionado à comunidade acadêmica e científica ao longo de sua história a construção e a difusão do conhecimento científico, capacitado docentes para a Educação Básica e Superior, habilitado profissionais para atividades educacionais e contribuído para o crescimento cultural, social e econômico do estado do Piauí. Fato importante a ser destacado é que uma quantidade significativa dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação atualmente exerce a profissão docente na Universidade Federal do Piauí, instituição que aloja o referido programa, e de outras Instituições de Ensino Superior.

Desta forma, desafiadas a conhecer o processo de implantação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí devido a sua importância e excelente trabalho que vem realizando em solo piauiense, estabelecemos como objetivo geral para este trabalho: apresentar um breve relato da história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí. Nesse sentido, foram propostos como objetivos específicos: conhecer as fases que marcam a trajetória da Pós-Graduação brasileira, compreender o processo de implantação da Pós-Graduação em Educação no Piauí e observar as contribuições dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e das Comissões Pró-Mestrado<sup>3</sup> para a implantação do referido curso de Mestrado.

Para fundamentar esta pesquisa buscamos a contribuição de autores, como: Saviani (2006), Passos (2003), Brito (1996), Carvalho (2001) e Leite (1982) para compreensão do tema proposto. Foram utilizadas fontes hemerográficas e documentais, como: o Jornal O Dia, Catálogo de Dissertações e Teses da Universidade Federal do Piauí, Relatório de Consultoria da CAPES e Resoluções do Conselho Universitário da UFPI.

---

<sup>3</sup> Estas comissões eram também denominadas e conhecidas no Centro de Ciências da Educação por Comissão de Implantação do Mestrado em Educação.

Este estudo está dividido em 03 (três) partes, a saber: Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil, Implantação da Pós-Graduação em Educação na UFPI e Criação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí.

## **2 A Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil**

A expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e a melhoria de sua qualidade são referências para o progresso da nação, pois tal expansão possibilita a qualificação profissional, o desenvolvimento da pesquisa científica, e oferece ao país certo grau de independência científica e cultural, por proporcionar através de seus objetivos e diretrizes a difusão do saber e da cultura na sociedade, permitindo o uso de mecanismos necessários para uma possível transformação social.

Com o propósito de alcançar seus objetivos, os programas de Pós-Graduação, em nível de Mestrado em Educação acompanharam o processo de desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* do país. A década de 70 do século XX foi marcada pela implantação de vários programas de Mestrado em Educação no Brasil. Nesse viés, utilizamos a periodização proposta por Saviani (2006) que apresenta a trajetória da Pós-Graduação em Educação marcada por fases, sendo a primeira delas a fase de implantação que surge após o Parecer n. 977/65.

A fase de implantação atinge o seu ápice nos dois anos seguintes. Com efeito, em 1971 surgem quatro programas: o da Universidade de São Paulo, o da Federal Fluminense, o mestrado em Filosofia da Educação da PUC de São Paulo e o programa de pós-graduação no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, na Universidade Metodista de Piracicaba, então Instituto Educacional Piracicabano, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O processo de implantação tem seqüência em 1973 com o mestrado em Ensino

de Ciências da USP, em 1974 com o Programa da Universidade de Brasília e em 1975 com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP e o Programa de Supervisão e Currículo da PUC-SP, continuando nos anos subseqüentes. Pode-se, contudo, considerar que a fase de implantação já se completara uma vez que em 1976 tem início a instalação do nível de doutorado num claro indício de que se iniciava o período de consolidação da Pós-Graduação em Educação em nosso país. (SAVIANI, 2006, p. 142).

Verifica-se que o início da década de 70 do século XX é marcado pela criação de diversos programas de Mestrado em Educação no Brasil, caracterizando a fase de implantação da Pós-Graduação em Educação que, conforme o referido autor, perdurou até 1975. Convém ressaltar que o primeiro curso de Mestrado em Educação surgiu nesta fase, anteriormente à década referida, em 1966, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, logo após o Parecer n. 977/65, sendo que após a implantação deste curso, outros cursos de Mestrado na área de Educação surgiram, como o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP em 1969. Encerrando a fase de implantação em 1976 inicia-se a fase de Consolidação. Assim,

Em 1976, ao mesmo tempo em que são criados os programas de mestrado em educação da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal do Paraná, surgem os programas de doutorado da PUC do Rio Janeiro e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A expansão do mestrado prossegue com a abertura de dois programas em 1977 (universidades federais do Ceará e da Paraíba), quatro em 1978 (universidades federais do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, do Espírito Santo e o Programa de Educação Especial na Federal de São Carlos) e mais dois em 1979 (Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o programa de Distúrbios da Comunicação da PUC-SP). Paralelamente tem seqüência o processo de instalação do nível de doutorado com a abertura do

Doutorado em Filosofia da Educação na USP, em 1978, na UFRJ e na UNICAMP, em 1980, e o Doutorado em Psicologia Educacional na PUC-SP, em 1982. (SAVIANI, 2006, p. 143-144).

A fase de Consolidação é marcada também pela criação de programas de Mestrado e de Doutorado, pois de acordo com o referido autor durante certo intervalo de tempo não houve a criação destes programas no Brasil, o que pode ser constatado pelo fato de que entre 1979 e 1984 não surgiram novos programas de Mestrado e entre 1982 a 1989 não foram implantados novos programas de Doutorado. Nesse sentido,

Observa-se que a fase de consolidação se completa aí no início da década de 1980 quando se reduz o ritmo de abertura de novos programas. De fato, durante cinco anos (entre 1979 e 1984) não surgem novos mestrados. E quanto ao doutorado, o lapso de tempo é ainda maior, não havendo a ocorrência de novos programas ao longo de sete anos (entre 1982 e 1989). (SAVIANI, 2006, p. 144).

Fato importante a ser mencionado é a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) junto a estes programas, pois como agência de fomento contribuiu, de acordo com Saviani (2006), para a consolidação da Pós-Graduação no país, através do apoio concedido para criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação no Brasil (ANPEd) em 1978 e do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) em 1976.

Saviani apresenta ainda a terceira fase da Pós-Graduação em Educação, a fase de expansão do Mestrado em Educação, que é iniciada na década de 1980, informando que:

Quanto ao doutorado, a expansão é retomada em 1989, na PUC-RS, prossegue em 1990 com o Programa de Supervisão e Currículo da PUC-SP e em 1991 são instalados os doutorados em educação da

UFSCar e da UFMG. A partir daí a expansão tende a se acelerar, registrando-se novos programas devidamente reconhecidos pela CAPES, entre eles o da Universidade Federal de Santa Catarina instituído em 1994. Durante esse período alguns poucos programas existiram por um certo período, sendo depois extintos, como ocorreu com as Faculdades do Sagrado Coração de Bauru, hoje Universidade do Sagrado Coração, e com o Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (IESAE-FGV). (SAVIANI, 2006, p. 144-145).

Os anos 90 do século XX marcaram o grande crescimento da Pós-Graduação brasileira e foi ainda o período de sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 e do V Plano Nacional de Pós-Graduação (VPNPG) que vigora de 2005 a 2010, ambos propiciadores do crescimento da Pós-Graduação brasileira por discorrerem em suas linhas sobre a necessidade da Pós-Graduação para o país. Assim, a última década do século XX foi marcada pela criação de diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Um destes é o objeto de estudo deste trabalho, o Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, implantado no ano de 1991, sendo o primeiro curso de Mestrado em Educação do estado do Piauí.

### **3 Implantação da Pós-Graduação em Educação na UFPI**

A Universidade Federal do Piauí sempre teve em suas metas formar recursos humanos no Estado, sendo esta uma das características de um dos seus centros de ensino, pesquisa e extensão, o Centro de Ciências da Educação, criado originalmente como Departamento de Educação pela Resolução n. 16/71, que logo foi extinto e implantado o Centro de Ciências da Educação, através da Resolução n. 10/75. Este centro tinha como característica, conforme Silva Neto e Mendes (1982, p. 19), estar “[...] a disposição de atender às solicitações do sistema estadual de

ensino, colaborando com ele para a melhoria da educação através da preparação de recursos humanos [...]”.

Objetivando formar professores qualificados para atuarem na sociedade piauiense e proporcionar ao Estado a preparação de recursos humanos, a UFPI modifica sua estrutura administrativa inicial e cria

[...] em 22 de dezembro de 1977, através da Resolução do Conselho Diretor nº 106/77, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A nova unidade administrativa destinava-se a cuidar da capacitação docente como havia sido recomendado pelo Decreto nº 76.056 de 30.7.75 que aprovou o I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1980). Até então, a pós-graduação na Universidade Federal do Piauí vinha sendo coordenada, em caráter transitório e emergencial, pela Comissão Permanente do Programa Institucional de Capacitação de Docentes. Isso, como nas outras instituições federais de ensino superior, favorecia ao isolamento e à desarticulação da pós-graduação das demais atividades universitárias. (PASSOS, 2003, p. 188-189).

Adequando-se a proposta do I Plano Nacional de Pós-Graduação, a Universidade Federal do Piauí criou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, haja vista que tanto a UFPI quanto o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) visavam à qualificação de docentes, sendo os cursos de Pós-Graduação destinados a cumprir esta tarefa. Dessa forma, a UFPI implantou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em 22 de dezembro de 1977, mas somente na década de 80 do século XX é que começou a oferecer cursos de Pós-Graduação em Educação de caráter permanente. Antes desta data, os interessados em estudar nestes cursos migravam para outros estados, como aconteceu com Maria Hercília Freitas, professora da Universidade Federal do Piauí. Um jornal local destaca esta notícia com manchete:

### **Professora da UFP fez curso na Inglaterra**

Depois de fazer um curso de Pós-Graduação de Administração e Educação na Universidade de Reading, na Inglaterra, retornou, na última sexta-feira, a Teresina a professora Maria Hercília Freitas, que leciona na Universidade Federal do Piauí. No seu curso apresentou trabalho sobre a realidade do ensino piauiense, trabalho que está sendo objetivo de apreciação do setor competente onde teve a oportunidade de obter o curso. A professora Maria Hercília Freitas vem sendo alvo de grande homenagem. (PROFESSORA DA UFP FEZ CURSO NA INGLATERRA, **O Dia**, n. 3.363, 10 jul. 1972, p. 1).

Semelhante a Maria Hercília Freitas, outros professores da Universidade Federal do Piauí migraram em busca de uma formação em nível de Pós-Graduação. Passos (2003) menciona em sua Tese de Doutorado sobre a trajetória de formação, em nível de Pós-Graduação, de Carlos Augusto Daniel, também professor da UFPI, que ficou em São Paulo no período de 1971 a 1973 para realizar o curso. Em depoimento concedido a professora Guiomar Passos em sua Tese, Carlos Augusto Daniel salienta que o professor Camilo, então Reitor da UFPI, ao lhe ver “[...] foi logo saudando dizendo que eu era o primeiro professor da Universidade a fazer pós-graduação [...]” (p. 246).

Observa-se a valorização da sociedade piauiense e da Academia para com os docentes que faziam cursos Pós-Graduados, como vemos na manchete do Jornal o Dia e no depoimento de Carlos Augusto Daniel, uma vez que nem todos tinham esta oportunidade. Dessa forma, a possibilidade de profissionais que compunham o corpo docente da UFPI estudar em cursos de Pós-Graduação fora do Estado a partir de 1976 foi determinada por inúmeros fatores, como: os esforços pessoais dos próprios professores da UFPI, que mantinham as despesas dos cursos Pós-Graduados sem bolsas de estudo; a estruturação da Comissão Permanente de Capacitação de Docentes da FUFPI a partir de 1975; a implantação em dezembro

de 1977 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; a criação em fevereiro de 1978 da Coordenadoria Geral de Capacitação Docentes; a implantação a partir de 1975 do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, ainda, afastamento de docentes concedidos pela FUFPI aos professores e recém-graduados a cursarem os estudos Pós-Graduados fora do Estado (MIRANDA, 1979).

Com o propósito de contribuir para a melhoria da Educação Superior neste estado, a FUFPI almejava a qualificação de seus docentes através dos cursos de Pós-Graduação. Nesse sentido,

Engajada ao PICD, a Fundação Universidade Federal do Piauí lançou as bases de uma política mais abrangente e de melhor apoio ao aperfeiçoamento do magistério superior. Assim é que no ano de 1976 foram concedidas 28 bolsas para docentes e 04 (quatro) para recém-graduados; em 1977, 22 docentes e 12 recém-graduados; em 1978, 30 docentes e 16 recém-graduados em mestrado e 04 (quatro docentes em doutorado; em 1979, 42 docentes e 20 recém-graduados, em mestrado e 03 Três) docentes em doutorado. A previsão para 1880 é de 50 docentes e 26 recém-graduados em mestrado e 05 docentes em doutorado. (MIRANDA, 1979, p. 9).

Através do PICD, a Universidade Federal do Piauí pôde qualificar seu corpo docente com o propósito de contribuir para o crescimento educacional do estado, pois não apenas a Universidade, mas o próprio Estado precisava de mais profissionais Pós-Graduados, uma vez que Carvalho (2001) destaca que foram utilizados pela UFPI professores com apenas cursos de Graduação para suprir a falta de qualificação dos docentes do Ensino Superior. Uma das soluções para este problema foi a qualificação destes profissionais através do PICD e das bolsas de estudo.

Assim, é notória na década de 70 do século XX a ausência de cursos Pós-Graduados no Piauí. Dessa forma, ciente desta necessidade e como já estava implantada na UFPI a Pró-Reitoria

de Pesquisa e Pós-Graduação e por possuir uma boa parte de funcionários do seu quadro docente com cursos de Pós-Graduação, “[...] **em 1981 a Universidade**, contando com a participação de professores da UNICAMP e da Universidade Federal de Pernambuco, **realizou o primeiro curso de pós-graduação “lato sensu”** para formação de especialistas em educação.” (BRITO, 1996, p. 184, grifo nosso).

A criação da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação ocorreu devido à necessidade de formação Pós-Graduada nessa área no Piauí. Um exemplo deste fato é que na década de 1970 conforme Brito (1996) havia sido baixado pela Lei n. 3. 278, de 10 de julho de 1974, o Estatuto do Magistério que “[...] dividia o pessoal do magistério em duas categorias: - docente – especialista de educação [...]” (p. 184). Outro fato narrado por Brito, merecedor de destaque, é o Estatuto do Magistério que “[...] previa seis categorias de especialistas da educação [...]” (p. 185), sendo uma destas categorias o Planejador Educacional. Este Estatuto valorizava os cursos de Pós-Graduação determinando que “Para exercício da função de Planejador Educacional exigia a formação em nível de pós-graduação [...]” (p. 185).

Nesse sentido, a UFPI por estar, de acordo com Brito (1996), atenta aos interesses da educação e das necessidades do Estado, pronta para solucionar os problemas da comunidade propôs o ensino de Pós-Graduação, por ser esta uma necessidade da sociedade. Sobre este ensino, Costa (1996) ratifica que os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu tiveram início no Piauí em 1978, objetivando capacitar os professores da própria UFPI e, ainda, preparar professores para o ensino superior, isto em caráter temporário. No entanto, ratifica ainda que “Em 1981 foi **criado o primeiro programa permanente de pós-graduação, na área de Educação, ainda na perspectiva predominante de formação de professores e também de especialistas em educação [...]**” (p. 16, grifo nosso).

Nesse sentido, a proposta inicial dos cursos de Especialização na área da Educação era qualificar os próprios docentes da

UFPI que ainda não possuíam cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Dessa forma, foi então oferecido pelo Centro de Ciências da Educação no ano de 1978 um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, com as seguintes áreas de concentração: Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Tecnologia Educacional. No entanto, apenas no ano de 1981 é que o Centro de Ciências da Educação implantou um curso regular de Especialização em Educação, com áreas de concentração em Planejamento da Educação e em Supervisão Escolar (SILVA NETO; MENDES, 1982).

Os referidos autores informam ainda que estes cursos tinham duração anual, sendo que suas áreas de atuação poderiam variar de acordo com a demanda da sociedade. Sobre estes cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Carvalho (2001, p. 99-100) declara que:

A implementação e consolidação dessa iniciativa, ao longo de 10 anos, foi possível em razão da prioridade estabelecida pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) para esse tipo de curso e, principalmente, devido a disponibilidade de recursos financeiros específicos para tanto. A oferta sistemática desses cursos de especialização em diversas áreas da Educação possibilitou o atendimento de uma demanda crescente de profissionais da área educacional e das demais, principalmente os vinculados às redes públicas do ensino federal, estadual e municipal, que visavam alcançar melhorias salariais em decorrência da qualificação pretendida.

A implantação dos cursos de Especialização foi importante para o estado do Piauí, por ser uma forma de proporcionar aos piauienses uma formação em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sem a necessidade de terem que se deslocar para outros estados da federação em busca desta formação, proporcionando, principalmente aos docentes da Universidade Federal do Piauí, a qualificação necessária ao exercício da docência no Ensino

Superior.

Burnham (1990) elucida na primeira parte do relatório de consultoria à UFPI, ocorrida no período de 26 a 28 de setembro de 1990, o nome dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização oferecidos pelo Centro de Ciências da Educação no período de 1981 a 1989. Segundo a autora, os primeiros cursos concentravam-se nas áreas de Planejamento Educacional e Supervisão Educacional. No ano de 1982, houve a realização do curso de Avaliação Educacional. Em 1983 foram oferecidos cursos de Educação Artística e Pesquisa Educacional. Em 1984 voltou a ser oferecido o curso de Supervisão Educacional. Para os anos de 1984 a 1986 foram oferecidos mais um curso, agora na área de concentração em Ensino. A oferta do curso de Pesquisa Educacional não ficou limitada apenas ao ano de 1983, pois este foi ofertado ainda em 1985 e 1986. Nos anos de 1987, 1988 e 1989 não foram ofertados nenhum dos cursos já mencionados, mas dois cursos novos: o de Educação Rural e de Educação Pré-Escolar.

A proposta de qualificar recursos humanos para a sociedade continuou ainda na década de 90 do século XX como sendo um dos objetivos da Universidade Federal do Piauí, pois a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, através da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, forneceu no ano de 1990 o Curso de Pós-Graduação em Educação, em nível de Especialização em Educação.

Conforme o Relatório de Atividades da Coordenação de Pós-Graduação em Educação (1990), no ano de 1990 deu-se continuidade ao Curso de Especialização, já existente desde 1981, atuando no ano de 1990 nas áreas de Ensino e Pesquisa. O referido relatório aponta ainda que durante o curso foram oferecidas disciplinas do núcleo comum durante o primeiro semestre, que continham 30 (trinta) alunos, sendo 15 (quinze) da área de Ensino e 16 (dezesseis) da área de Pesquisa. Houve o acréscimo de 01 (um) aluno especial durante o curso. Este curso apresentou “[...] 04 (quatro) trancamentos, 25 (vinte e cinco) aprovações e um aprovado incompleto por faltar uma disciplina.” (p. 4).

No ano de 1990 ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí no dia 27 de junho a eleição para Coordenador e Coordenador Adjunto dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI para os anos de 1990 a 1992. Nesta eleição se inscreveram 02 (duas) chapas, a primeira era formada por Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha e José de Ribamar Torres Rodrigues, a segunda chapa era composta por Luis Pires de Freitas e Isa Maria dos Santos. Destarte, através da eleição e designação do Reitor assumiram para os anos de 1990 a 1992, a função de Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação, Luiz Pires de Freitas e de Coordenador Adjunto, Isa Maria dos Santos, que tinham como propostas, além de dar continuidade aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* já existentes, implantar o Curso de Mestrado em Educação, promover um espaço para a comunidade acadêmica da UFPI, debater e analisar as dificuldades da Pós-Graduação através de um Fórum Permanente de Debates, dentre outras propostas.

Em 1990 a Coordenação de Pós-Graduação em Educação contou com um novo programa de trabalho que estruturava 03 (três) comissões para atuarem na Coordenação de Pós-Graduação em Educação. As novas comissões eram: **Comissão do Curso de Especialização**, que analisava e avaliava os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*; **Comissão da Produção Científica**, que fazia o levantamento da produção científica dos professores do Mestrado em Educação, e a **Comissão do Projeto de Mestrado**, composta por mestres e doutores da UFPI que se empenhavam para implantação do Mestrado em Educação. Cabe destacar que tais comissões foram estruturadas pelo coordenador recém-eleito, Luiz Pires de Freitas. (UFPI, 1990, grifo nosso).

Foi instalado em 31 de maio de 1990 no Centro de Ciências da Educação, o Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação através da Comissão Pró-Mestrado em Educação. De acordo com UFPI (1990), este fórum, tendo em vista a implantação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, tinha

como finalidade proporcionar um ambiente de debates e discussões sobre temas ligados à Pesquisa e a Pós-Graduação, tanto em âmbito nacional quanto estadual. Para este fórum foram enviados memorandos a vários departamentos e coordenações da UFPI divulgando a realização do mesmo e de eventos que ocorreriam no seu âmbito e convidando a população universitária a participar do fórum. Para as atividades foi convidada a professora Bernadete Angelina Gatti que em 1990 era presidente da Comissão de Consultores da CAPES, para a área de Educação e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Em sua primeira sessão no turno da manhã, a professora Bernadete Gatti proferiu uma conferência que tinha como tema “*A pesquisa na Universidade: Uma Exigência Acadêmica ou uma Necessidade de Melhoria do Ensino?*”, neste momento do fórum contou-se com a presença tanto de alunos como de professores da UFPI e de outras instituições. À tarde, a professora Bernadete Gatti proferiu uma palestra que “[...] girou em torno dos estudos que o CCE vem realizando sobre o Mestrado em Educação, com participação de pessoas envolvidas nesta questão”. (UFPI, 1990, p. 67).

A presença de Bernadete Gatti foi de grande relevância não apenas para o Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação como para o projeto de implantação do primeiro curso de Mestrado no Piauí, pelas contribuições que forneceu a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, principalmente, a Comissão Pró-Mestrado em Educação, pois na ocasião foram extraídas durante as reuniões algumas recomendações de Bernadete Gatti sobre tal implantação. Dentre estas, temos:

1. Formar um grupo de professores empenhados verdadeiramente no programa procurando definir linhas de pesquisas que venham a gerar as áreas de concentração do curso.
2. Redirecionar o projeto existente, propondo nova estrutura para as disciplinas. A grade curricular deve estar ligada às linhas de pesquisas definidas para o curso.
3. Que o Mestrado responda as questões: Para que o Mestrado? Para onde devem encaminhar nossos alunos?

4. Montar um Projeto de aperfeiçoamento para Mestres e Doutores na linha do Curso de Mestrado.
5. Outras recomendações:
6. Fazer reveasamento de mestres e doutores na Graduação e Pós-Graduação.
7. Dar continuidade ao FORUM PERMANENTE intensificando as discussões sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação do curso de mestrado.
8. Iniciar o curso com poucos alunos e manter esse número até que se tenha um resultado satisfatório do desempenho do curso.
9. Convidar periodicamente professores visitantes e participantes para ministrar disciplinas, orientar alunos em dissertações, seminários estudos e outras atividades pertinentes ao curso.
10. Recorrer às instituições financiadoras e mantenedoras para o apoio as realizações requeridas para a dinâmica do curso: pesquisas, eventos, bolsas de estudo e trabalho e acervo bibliográfico. (UFPI, 1990, p. 67-68).

As recomendações da professora Bernadete Gatti foram bastante pertinentes para o momento em que se encontrava a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, sobretudo a Comissão Pró-Mestrado em Educação, que visava à criação do Mestrado em Educação, de forma a fornecer recursos humanos qualificados para a sociedade piauiense em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, ainda inexistente no estado até 1991. Dessa forma, Bernadete Gatti trouxe recomendações para implantação do Mestrado em Educação no Piauí que fizeram com que tanto a Comissão Pró-Mestrado em Educação como a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação refletissem sobre o que já estavam fazendo para implantar a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí e ainda pensar no que deveriam fazer para conseguir realizar tal objetivo.

Nesse sentido, no tópico seguinte abordaremos o processo de implantação do Mestrado em Educação da UFPI, para o qual a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação teve um papel decisivo.

#### 4 Criação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí

Ao reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí verifica-se, conforme Carvalho (2001), a ligação entre este e os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal do Piauí - UFPI, pois os referidos Cursos de Especialização tinham primeiramente a preocupação de habilitar professores dos departamentos do Centro de Ciências da Educação, isto se tornou possível mediante a disponibilidade de recursos financeiros do Ministério da Educação e Cultura - MEC e pela prioridade deste em relação aos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, possibilitando o atendimento de profissionais da área educacional e de outras áreas ao longo de 10 (dez) anos. O referido autor ratifica ainda que devido tanto a experiência administrativa quanto acadêmica oriunda dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, a UFPI se sentiu em condições de implantar um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado na área da Educação.

Carvalho afirma ainda que o curso de Mestrado em Educação da UFPI se “[...] constituiu de uma iniciativa de um grupo de professores do Centro de Ciências da Educação (CCE) que foi sendo gestada e formalizada” (2001, p. 100). Conforme o referido autor, este grupo era composto por Especialistas, Mestres e recém-doutores que tinham a pretensão de implantar um curso de Mestrado em Educação na UFPI. Para isso elaboraram uma proposta para submeterem aos professores dos departamentos que compõem o Centro de Ciências da Educação e apresentaram a assessoria da CAPES a fim de receberem críticas e sugestões.

Leite (1989) ratifica que em 1986 uma comissão coordenada pela professora Arlene Medeiros Elvas Bohn e composta por: Maria Salete Linhares Boakari, Elizabeth Gomes Nogueira, Maria do Amparo Borges Ferro e Maria Oliveira Lima (Lindamir) elaboraram um Projeto de Criação do Mestrado em Educação para a UFPI

a ser apreciado pelos professores do Centro. Ainda neste ano, a professora Nilza Maria Silva Resende Leite assumiu a Coordenação de Pós-Graduação em Educação e reformulou o projeto original com base nas sugestões dos professores locais e do professor Carlos Roberto Jamil Cury, assessor da CAPES e convidado da direção do Centro de Ciências da Educação para realizar uma consultoria em relação ao Projeto do Mestrado.

A proposta feita pela comissão para implantação do Mestrado em Educação da UFPI não foi recomendada na deliberação feita pela CAPES em 14 de outubro de 1988, em virtude de alguns entraves que o programa apresentava. Como tal deliberação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior não favoreceu a implantação do tão almejado curso de Mestrado em Educação, a UFPI muito trabalhou para que isto ocorresse, pois

Após parecer técnico do assessor da CAPES, desaconselhando a implantação do Mestrado pretendido, em face de a UFPI não dispor das condições mínimas para fazê-lo funcionar, de acordo com as exigências desse órgão, a questão somente foi retomada em 1988, com a criação, no âmbito do CCE, da Comissão para Implantação do Mestrado em Educação da UFPI. (CARVALHO, 2001, p. 100).

Um dos motivos que viabilizou a implantação do Mestrado em Educação foi a criação das Comissões de Implantação do Mestrado em Educação da UFPI, no caso foi criada uma segunda Comissão Pró-Mestrado através de um ato do diretor do Centro de Ciências da Educação em 26 de maio de 1988. A referida comissão, conforme Leite (1989), era coordenada pelo professor Eudócio Soares Lima Verde e possuía como membros: Nilza Maria Silva Resende Leite, Francisco da Costa Sobrinho, Francisca Cardoso Pires, Ana Maria Pádua Oliveira, Maria do Socorro Moraes, Reinaldo Montalvão de Moraes Cunha, Maria Salete Boakari e Arlene Medeiros Elvas Bohn. Esta comissão

[...] com o incentivo do atual Pró-Reitor de Pesquisa e

Pós-Graduação, reiniciou suas atividades em prol do Mestrado, tendo defendido as seguintes ações:

- reformular o Projeto;
- incentivar a saída de professores para Doutorado;
- incentivar a produção científica com contribuições efetivas para a Revista do CCE “EDUCAÇÃO E COMPROMISSO’ e de outros periódicos reconhecidos pela comunidade científica;
- solicitar dos Departamentos atenção especial aos professores que estão fazendo ou querendo iniciar pesquisa, a fim de que tenham carga horária disponível para este fim;
- iniciar assessoramento técnico à Comissão pelo Prof. Celestino, que já vivenciou o processo de reconhecimento da CAPES, para que o mesmo ajude não só na elaboração do Projeto, mas na tramitação do processo de um modo geral. (LEITE, 1989, p. 78-79).

Embora com a formação de uma segunda Comissão Pró-Mestrado que batalhou pelo aconselhamento do Curso, mais uma vez o Parecer da CAPES desaconselhou a implantação do mesmo. Nesta perspectiva, Leite (1989) aponta que alguns obstáculos deveriam ser superados, pois para ser implantado o Mestrado em Educação no Piauí, o Programa de Pós-Graduação em Educação deveria possuir um maior número de professores doutores e doutorandos, maior produção científica, maior acervo bibliográfico e uma melhoria técnica no Projeto de Mestrado.

Com o objetivo de viabilizar a implantação do referido curso, a diretora do Centro de Ciências da Educação do ano de 1990, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, através da Portaria nº 09/90/CCE/UFPI, de 03 de setembro de 1990, resolveu constituir uma nova comissão sob a presidência de Luiz Pires de Freitas, nesse momento coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI, com o propósito de elaborar a minuta do Projeto do Curso de Mestrado em Educação que deveria ser entregue no dia 25 de setembro de 1990 para discussão do mesmo. Os membros da Comissão eram: Luiz Pires de Freitas (Presidente da Comissão), Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho de Albuquerque, Francisco da

Costa e Silva Sobrinho, Terezinha de Jesus Rios Nogueira, Luiz Gonzaga Pires, Waldília Neiva de Moura Santos Cordeiro, Francisca Cardoso da Silva Pires, Maria do Rosário de Fátima Carvalho e Ana Maria Pádua Oliveira.

Assim, a partir de esforços empreendidos pelas Comissões Pró-Mestrado, pelo professor José Camilo, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação e ainda pela Universidade Federal do Piauí ficou aprovado o projeto de criação do curso de Mestrado em Educação da UFPI, através da Resolução CONSUN/UFPI 002/91, de 01.03.91, revogando assim a Resolução CONSUN/UFPI 005/88, de 22.11.88.

Vale ressaltar que o Grupo Técnico Consultivo (GTC) da CAPES deliberou a recomendação do referido curso de Mestrado em reunião deliberativa no dia 21 de agosto de 1991. Ainda neste mesmo ano se iniciou o processo de seleção para matrículas no Curso. Por ser o primeiro curso de Pós-Graduação Stricto Sensu do Estado e pelo caráter de excepcionalidade dos cursos de Pós-Graduação, houve um grande impacto na sociedade piauiense. Foi anunciada nos jornais da cidade a abertura do edital de seleção, como no Jornal O Dia que divulgava a seguinte matéria:

CCE implanta o primeiro curso de Mestrado do Piauí  
O Centro de Ciências da Educação é o primeiro a realizar um curso de Mestrado na Universidade Federal do Piauí. As inscrições começaram ontem, no campus da Ininga, e vão até o dia 20 de julho. O curso tem início previsto para setembro e deve ser concluído num prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, de acordo com a necessidade do aluno. Apesar de ser na área de Educação, qualquer profissional de nível superior pode concorrer a uma das 15 vagas oferecidas pelo CCE. Para isso, basta apresentar a documentação necessária, que inclui fotografias, certificado de conclusão do curso, um memorial que relate as principais atividades do currículo do candidato relacionadas à área do mestrado e um pré-projeto, de quatro folhas aproximadamente, que apresente uma síntese da proposta de dissertação a ser defendida

pelo aluno no final do curso [...] (CCE IMPLANTA O PRIMEIRO CURSO DE MESTRADO DO PIAUÍ, O Dia, 22 jun. 1991, p. 9).

O jornal apresentou a data prevista para a abertura de inscrição para a seleção do Mestrado em Educação, a documentação necessária para este processo seletivo, bem como o número de vagas. Assim, foram abertas 15 (quinze) vagas para a primeira turma de Mestrado, sendo que houve uma boa procura de candidatos para esta seleção. Nesse sentido, foram inscritos 42 (quarenta e dois) candidatos para esta seleção, na qual foram aprovados: Luis Carlos Sales, Maria do Amparo Borges Ferro, Antonia Valéria Melo Alvarenga, Leda Maria de Barros Guimarães, Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz, Márcia Regina Barbosa, Ana Maria da Silva Rodrigues, Teresinha Maria Losada Moreira, Kleber Montezuma Fagundes dos Santos, Conceição de Maria Boavista de Oliveira, Reginaldo Carvalho, Rita de Cássia Lima Pereira, Josenildes Maria Batista de Lima, Maria da Glória Soares Barbosa Lima, Francisco Newton Freitas, Eliane Cavalcante de Oliveira e Paulo Rômulo de Oliveira Frota.

Dos 42 (quarenta e dois) candidatos inscritos foram selecionadas as 17 pessoas mencionadas acima que tiveram a oportunidade de compor a primeira turma de Mestrado do estado do Piauí, que teve sua instalação oficial no dia 30 de outubro de 1991 no Salão Nobre da Reitoria da UFPI. Verifica-se que foram selecionados 17 (dezessete) alunos, enquanto o edital apontava a quantia de 15 (quinze) vagas, sendo 02 (dois) alunos a mais que o proposto, pelo fato de a comissão avaliadora ter analisado a viabilidade dos projetos propostos pelos inscritos na seleção do Mestrado e pela presença de professores no quadro de docentes da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação que pudessem orientar os alunos selecionados.

A partir de então, o curso de Mestrado em Educação da UFPI vem realizando desde sua implantação, conforme Albuquerque (1998), estudos baseados nas necessidades piauienses de

maneira a contribuir para a educação e desenvolvimento do estado. As necessidades citadas de acordo com o autor se originaram dos indicadores sociais do estado, como: o índice de alfabetização, a taxa de evasão, a média de anos de estudos da população, a mortalidade acadêmica, dentre outros fatores.

Assim sendo, em 1991 é implantado o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do estado do Piauí, em nível de Mestrado, na área da Educação que tem contribuído para o crescimento da sociedade piauiense através da construção e difusão do conhecimento científico, um dos objetivos próprios da Pós-Graduação.

Atualmente, no ano de 2010, o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd está propondo a CAPES um projeto para implantação do primeiro Doutorado em Educação no Piauí e na região Meio-Norte do Brasil (Piauí e Maranhão).

## **Considerações Finais**

Diante do exposto, percebe-se a necessidade e importância de reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, especificamente, do Mestrado em Educação da UFPI, pelo profícuo trabalho que este vem realizando em seus 19 (dezenove) anos de existência, contribuindo para o crescimento social, cultural e econômico da sociedade piauiense.

A reconstituição da História é um trabalho árduo que requer do pesquisador um levantamento de informações acerca do objeto investigado. Dessa forma, a Nova História Cultural proporcionou a análise e percepção do objeto de estudo, a partir de fontes diversas, possibilitando o alcance dos objetivos traçados neste trabalho, como uma breve apresentação da história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, através da Pesquisa Histórica, bem como o conhecimento das fases que marcam a trajetória da Pós-Graduação brasileira por meio da periodização proposta por Saviani (2006) e, ainda, a compreensão do processo de implantação da Pós-Graduação em Educação no Piauí e a observação das contribuições dos Cursos

de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e da Comissão Pró-Mestrado para implantação do primeiro curso de Pós-Graduação Stricto Sensu do Piauí através da investigação junto às fontes hemerográficas e documentais.

Nesse sentido, torna-se necessária esta reconstituição, por ser uma forma de manter viva na memória individual e coletiva das pessoas tais acontecimentos e ajudá-las a refletir sobre a importância tanto da Pós-Graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado em Educação, quanto do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, como locus do primeiro curso de Pós-Graduação Stricto Sensu no Piauí.

## Referências

ALBUQUERQUE, L. B. Pesquisa, Pós-graduação e a constituição do campo dos estudos sobre educação e ambiente. **Linguagem, educação e sociedade**, Teresina, n. 3, 1998.

BRITO, I. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EdUFPI, 1996.

BURNHAM, T. F. **Breve análise documental das experiências da Universidade Federal do Piauí na Pós-Graduação em Educação. Relatório de Consultoria**. Salvador, 1990.

BURKE, P. **A escrita da História**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

CARVALHO, J. R. de **A. Avaliação interna do curso de Mestrado em Educação da UFPI, através da identificação, dimensionamento e hierarquização dos “hiatos de qualidade” de seu desempenho institucional**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação da Universitária da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2001.

CCE IMPLANTA O PRIMEIRO CURSO DE MESTRADO DO PIAUÍ, **O Dia**, Teresina, p. 9, 22 jun. 1991.

COSTA, C. de S. A perspectiva interdisciplinar do curso de Mestrado em Educação. **Linguagem, educação e sociedade**, Teresina, v. 1, n. 1, 1996.

LEITE, N. M. S. R. **O Mestrado em Educação** - Um breve histórico. Educação e Compromisso, Teresina, v. 1, n. 1/ 2. Jan./dez. 1989.

MIRANDA, V. O Desenvolvimento da Pós-Graduação na FUFPI. **Catálogo de Dissertações e Teses da Universidade Federal do Piauí**. UFPI/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Coordenação Geral de Pesquisa. Teresina, nov., 1979.

PASSOS, G. de O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença**: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense. Tese (Doutorado) Brasília, 2003.

PROFESSORA DA UFP FEZ CURSO NA INGLATERRA, **O Dia**, Teresina, n. 3.363, p. 1, 10 jul. 1972,.

SAVIANI, D. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Orgs.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: EdUFSC, 2006.

SILVA NETO, M. de; MENDES, M. C. O Centro de Ciências da Educação: 10 anos. **Revista Universidade Federal do Piauí. Teresina**, v. n. 3 – Especial, fev. 1982. Edição Comemorativa do 10º aniversário da FUFPI.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Resolução n. 005/88, de 22 de novembro de 1988. Aprova o Projeto de Criação do Curso de Mestrado em Educação, com área de Concentração em Educação Brasileira, na UFPI e autoriza o seu funcionamento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Resolução n. 002/91, de 01 de março de 1991. Modifica a Resolução n. 005/ 88, de 22 de novembro de 1988.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**. Centro de Ciências da Educação. Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação. Teresina, 1990.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Portaria n. 09/90/CCE/UFPI, de 03 de Set. de 1990.